

RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE

no Estado do Rio de Janeiro

NOTA CONJUNTURAL • JANEIRO DE 2014 • Nº 28



PANORAMA GERAL

Na última década, o Brasil passou por profundas mudanças sociais. De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2002 e 2012 a renda domiciliar *per capita* do brasileiro aumentou 43% em termos reais, e a porcentagem de pobres no país caiu 20 pontos percentuais (p.p.) – de 38% para 18%. A desigualdade de renda, uma das principais mazelas nacionais, também diminuiu: o Coeficiente de Gini¹, que era de quase 0,59 no início do período, um dos mais elevados do mundo, correspondeu a pouco menos de 0,53 em 2012, último ano com informações disponíveis.

Em trabalhos anteriores do **Observatório Sebrae/RJ** – Os Pequenos Negócios em Foco², constatou-se que o Estado do Rio de Janeiro (ERJ) também vivenciou essas transformações, porém num ritmo mais lento do que o observado no restante do Brasil. Em especial, a desigualdade fluminense tem se mostrado resistente a queda – enquanto a renda domiciliar *per capita* no ERJ figura entre as maiores do país, a pobreza atinge uma proporção da população superior à de todos os estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Portanto, aproveitando o lançamento da última PNAD, referente ao ano de 2012, é de suma importância compreender melhor o fenômeno da desigualdade no ERJ. Para isso acompanha-se, nesta nota, a evolução da renda e da pobreza no estado em relação ao Brasil (BR), ao Sudeste (SE) e ao Estado de São Paulo (ESP). Incluem-se também informações relativas à Região Metropolitana do Rio de Janeiro

1. O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade na distribuição de renda que varia de 0 a 1. Quanto mais alto o coeficiente, maior a concentração de renda, sendo 1 a desigualdade total.

2. Ver, por exemplo, a **Nota Conjuntural nº 22** (“Como anda o Rio de Janeiro?”), de abril de 2013, ou o **Estudo Estratégico nº 4** (“Como anda o desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro?”), de agosto do mesmo ano.

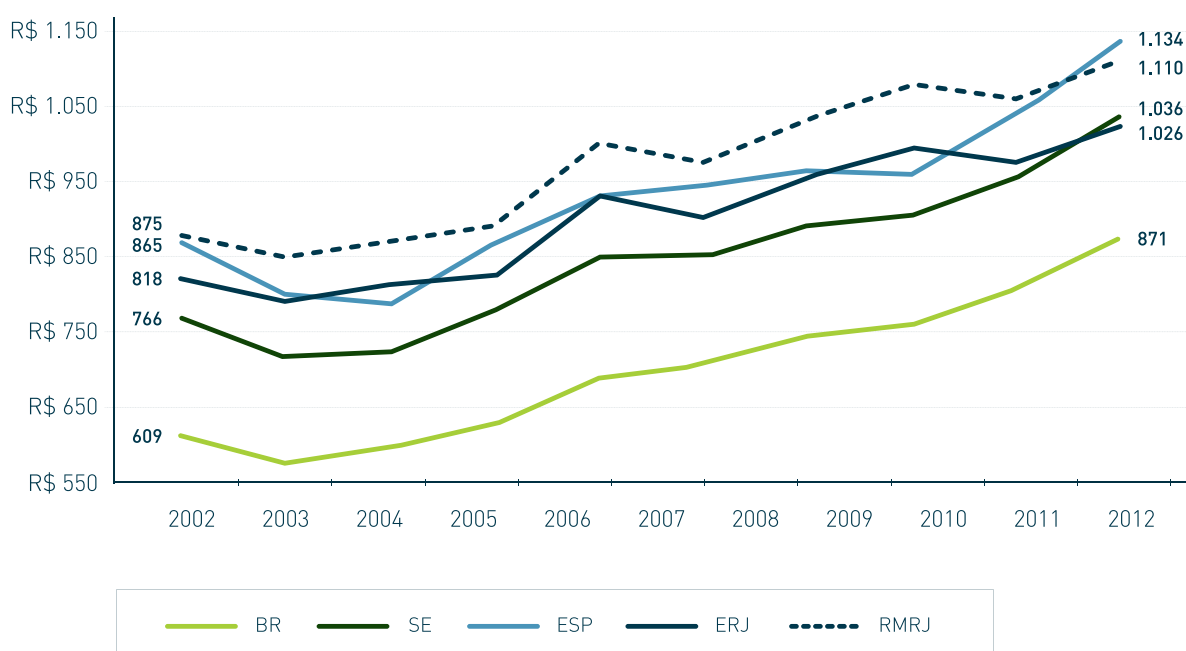
(RMRJ). Em seguida, são analisados os determinantes da desigualdade de renda e da pobreza através de simulações contrafactuais. Os dados são provenientes da PNAD/IBGE e cobrem o período de 2002 a 2012.

RENDIA MENSAL DOMICILIAR *PER CAPITA*

O Estado do Rio de Janeiro tem a quarta maior renda mensal domiciliar *per capita* do país, de R\$ 1.026, atrás do Distrito Federal (R\$ 1.655), de São Paulo (R\$ 1.134) e de Santa Catarina (R\$ 1.080). Como pode ser visto no Gráfico 1, após cair em 2011, a renda *per capita* voltou a crescer no ERJ (5%) em 2012.

Esse aumento, contudo, não foi capaz de impedir que, pela primeira vez na década, a renda na Região Sudeste ficasse acima da observada no estado. No último ano analisado, a renda *per capita* subiu 8,5% no SE, chegando a R\$ 1.036. No Brasil, seu valor foi de R\$ 871. Desde 2003, foram verificados acréscimos sucessivos em ambas. No Estado de São Paulo, houve menos estabilidade: a renda passou a crescer somente em 2004 e se manteve constante em 2009. Já no Estado do Rio de Janeiro e na sua Região Metropolitana, oscilou um pouco mais e sofreu reduções em 2007 e 2011.

GRÁFICO 1 | RENDA MENSAL DOMICILIAR *PER CAPITA* (R\$ 2012) FONTE: IETS com base nos dados da PNAD / IBGE.



A renda mensal domiciliar *per capita* na RMRJ continua superior à observada no ERJ e no Sudeste: correspondeu a R\$ 1.110 em 2012. Porém, foi ultrapassada pela renda paulista, fato inédito desde 2002. Além disso, ao se ordenar por magnitude de renda as nove regiões metropolitanas brasileiras cobertas pela PNAD³, observa-se que a RMRJ ocupa o quinto lugar, à frente apenas das metrópoles do Nordeste e do Norte do país.

A Tabela 1 mostra as diferenças do ERJ em relação aos demais recortes territoriais em 2012. Nota-se que a renda mensal domiciliar *per capita* no ESP foi 11% superior à verificada no ERJ. Para levantar possíveis explicações, esse diferencial foi decomposto nos determinantes imediatos da renda: porcentagem de adultos por domicílio, renda não derivada do trabalho, taxa de ocupação e remuneração média do trabalho. Como pode ser visto na última linha da Tabela 1, a maior parte (91%) desse diferencial se deveu às diferenças na taxa de ocupação. Isso porque no ERJ essa taxa foi de apenas 56%, frente a 63% no ESP.

TABELA 1 | DIFERENCIAL DA RENDA MENSAL DOMICILIAR *PER CAPITA* DO BRASIL, DO SE E DO ESP EM RELAÇÃO À DO ERJ E SEUS DETERMINANTES (2012) FONTE: IETS com base nos dados da PNAD / IBGE.

	RENDA MENSAL DOMICILIAR <i>PER CAPITA</i>	PORCENTAGEM DE ADULTOS ¹ POR DOMICÍLIO	RENDA NÃO DERIVADA DO TRABALHO POR ADULTO	TAXA DE OCUPAÇÃO ²	REMUNERAÇÃO DO TRABALHO POR OCUPADO
ERJ	R\$ 1.026	79%	R\$ 344	56%	R\$ 1.709
BR	R\$ 861	77%	R\$ 258	62%	R\$ 1.399
SE	R\$ 1.036	79%	R\$ 289	62%	R\$ 1.647
ESP	R\$ 1.134	79%	R\$ 285	63%	R\$ 1.826
Diferencial em relação ao ERJ					
BR	-16%	-3%	-25%	11%	-18%
SE	1%	0%	-16%	12%	-4%
ESP	11%	0%	-17%	13%	7%
Influência no diferencial					
BR	100%	19%	40%	-48%	89%
SE	100%	53%	-454%	926%	-319%
ESP	100%	-1%	-43%	91%	54%

Nota 1: Foram considerados adultos pessoas com 15 anos ou mais, além do chefe do domicílio.

Nota 2: Definida como a proporção de adultos ocupados por domicílio.

3. São elas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, além da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Com efeito, a taxa de ocupação fluminense também é mais baixa do que a brasileira e a do Sudeste, de 62%. Assim, esse é o único fator que contribui para diminuir o diferencial de renda do Brasil em relação ao Estado do Rio de Janeiro, pois impede que a renda mensal domiciliar *per capita* no estado seja ainda mais alta. Da mesma forma, a taxa de ocupação é responsável pelo fato de a renda no Sudeste ser 1% mais alta do que a aferida no ERJ. Se dependesse dos outros fatores, a renda do estado seria maior⁴.

No entanto, na comparação com o Brasil, acabam preponderando os efeitos da remuneração do trabalho por ocupado, que é 18% mais alta no ERJ (R\$ 1.709) do que no país (R\$ 1.399). Além disso, a renda não derivada do trabalho por adulto é substancialmente mais alta no ERJ do que nos demais recortes territoriais considerados, o que pode ser fruto da alta proporção de idosos, que recebem aposentadoria, na população fluminense. Esse fator contribui para distanciar a renda no estado da observada no Brasil (ou seja, aumentar o diferencial) e aproximá-la da verificada no Estado de São Paulo, abrandando a diferença existente. Já o percentual de adultos por domicílio é o mesmo no ERJ, no ESP e no Sudeste (79%), mas ligeiramente inferior no Brasil (77%)⁵.

Portanto, apesar de a renda *per capita* no ERJ ainda ser alta, concedendo ao estado uma posição relativamente privilegiada, a baixa taxa de ocupação fluminense tem freado seu crescimento.

Os diferenciais de renda nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, considerando os 40% mais pobres e os 10% mais ricos, permitem analisar algumas diferenças relevantes para se entender a desigualdade nos dois territórios. Conforme a Tabela 2, no ERJ a renda *per capita* dos 40% mais pobres da população é 30% menor do que no ESP. Esse diferencial é explicado basicamente por dois fatores: a menor remuneração do trabalho no ERJ, que contribui com metade dele, e a baixa taxa de ocupação fluminense, que contribui com 45%.

4. Como a renda da Região Sudeste é muito similar à do ERJ, a análise dos determinantes do diferencial não é totalmente adequada. Qualquer variação nos outros indicadores tem forte efeito sobre uma diferença de renda tão pequena – por isso as contribuições são tão elevadas.

5. Apesar de o percentual de adultos por domicílio no ERJ ser igual ao constatado no ESP e no SE, sua contribuição para o diferencial é negativa, porque seu peso na determinação da renda difere entre eles.

TABELA 2 | DETERMINANTES DO DIFERENCIAL DA RENDA MENSAL DOMICILIAR *PER CAPITA* DOS 40% MAIS POBRES (2012) FONTE: IETS com base nos dados da PNAD / IBGE.

DETERMINANTES	ERJ	ESP	DIFERENCIAL	INFLUÊNCIA
Renda mensal domiciliar <i>per capita</i>	R\$ 290	R\$ 377	30%	100%
Porcentagem de adultos ¹ por domicílio	67%	68%	1%	4%
Renda não derivada do trabalho por adulto	R\$ 88	R\$ 92	5%	4%
Taxa de ocupação ²	45%	53%	17%	45%
Remuneração do trabalho por ocupado	R\$ 762	R\$ 876	15%	48%

Nota 1: Foram considerados adultos pessoas com 15 anos ou mais, além do chefe do domicílio.

Nota 2: Definida como a proporção de adultos ocupados por domicílio.

Observando agora os 10% mais ricos da população, depreende-se da Tabela 3 que a renda *per capita* é muito parecida nos dois estados (diferença de 2%). Assim como entre os mais pobres, a taxa de ocupação no ESP é maior do que no ERJ. Porém, a renda não derivada do trabalho no ERJ é tão superior (30%) à verificada no ESP que sua contribuição mais do que compensa a da baixa taxa de ocupação fluminense. Além disso, a diferença na remuneração do trabalho deixa de existir.

Nota-se, através das Tabelas 2 e 3, que o único determinante da renda domiciliar *per capita* favorável ao ERJ é a renda não proveniente do trabalho entre os 10% mais ricos da população (o percentual de adultos nesse mesmo grupo é mais alto no ERJ, mas muito próximo do observado no ESP), o que pode explicar, em parte, a maior desigualdade no nosso estado⁶.

6. Esse resultado persiste quando são considerados os 20% mais pobres e os 20% mais ricos.

TABELA 3 | DETERMINANTES DO DIFERENCIAL DA RENDA MENSAL DOMICILIAR *PER CAPITA* DOS 10% MAIS RICOS (2012) FONTE: IETS com base nos dados da PNAD / IBGE.

DETERMINANTES	ERJ	ESP	DIFERENCIAL	CONTRIBUIÇÃO
Renda mensal domiciliar <i>per capita</i>	R\$ 4.363	R\$ 4.463	2%	100%
Porcentagem de adultos ¹ por domicílio	91%	90%	-1%	-59%
Renda não derivada do trabalho por adulto	R\$ 1.339	R\$ 944	-30%	-356%
Taxa de ocupação ²	64%	74%	16%	493%
Remuneração do trabalho por ocupado	R\$ 5.371	R\$ 5.404	1%	22%

Nota 1: Foram considerados adultos pessoas com 15 anos ou mais, além do chefe do domicílio.

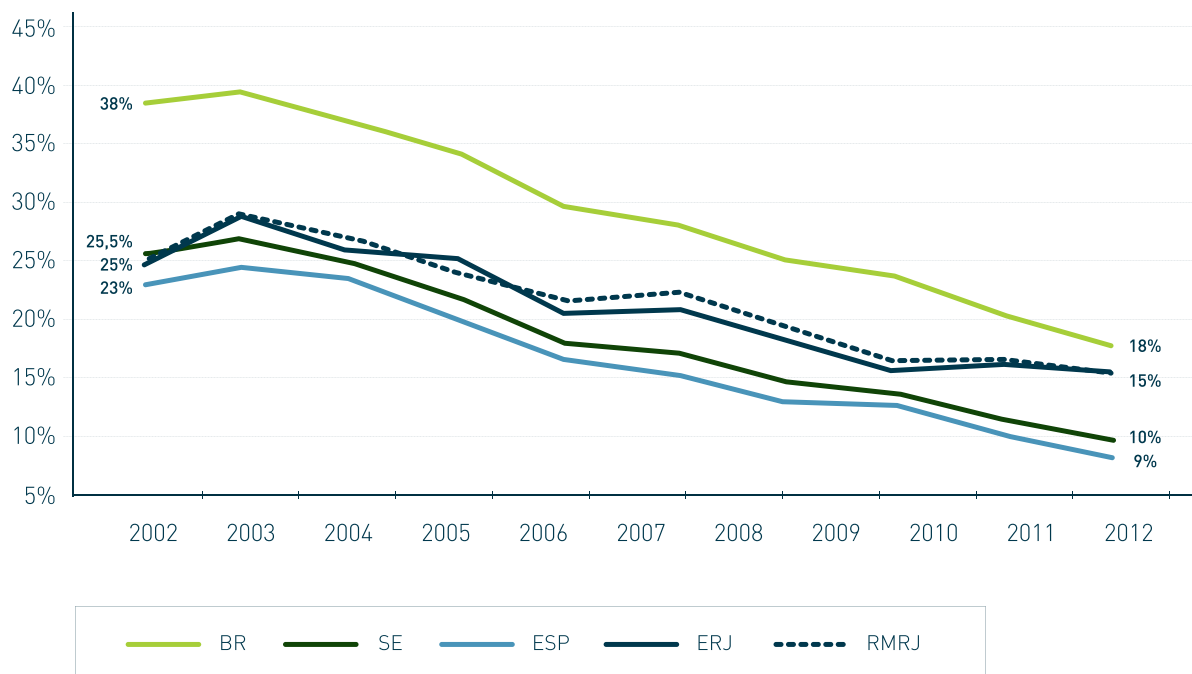
Nota 2: Definida como a proporção de adultos ocupados por domicílio.

POBREZA⁷

Devido ao aumento da renda mensal domiciliar *per capita*, a porcentagem de pobres no ERJ, que teve um ligeiro acréscimo de 15,7% para 16% entre 2009 e 2011, caiu para 15% em 2012. Ou seja, após um breve desvio de percurso, o ERJ retomou a trajetória de redução da pobreza. Ainda assim, o estado terminou o período com uma porcentagem de pobres 5 p.p. acima da observada na Região Sudeste, que equivaleu a 10%. No Estado de São Paulo, a taxa de pobreza está com apenas um dígito (9%).

De acordo com o Gráfico 2, no decorrer da década a pobreza caiu a níveis recordes em todos os recortes territoriais considerados, ainda que num ritmo mais lento no Rio de Janeiro. Isso fez com que o Sudeste se afastasse do estado, em especial a partir de 2011. Ao mesmo tempo, o Brasil foi se aproximando cada vez mais do ERJ. O percentual de pobres no ERJ é superior ao de todos os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, porém inferior ao dos demais. Destaca-se o aumento da pobreza nos mesmos anos em que há redução na renda domiciliar *per capita* – 2003, 2007 e 2011 – no estado e na RMRJ.

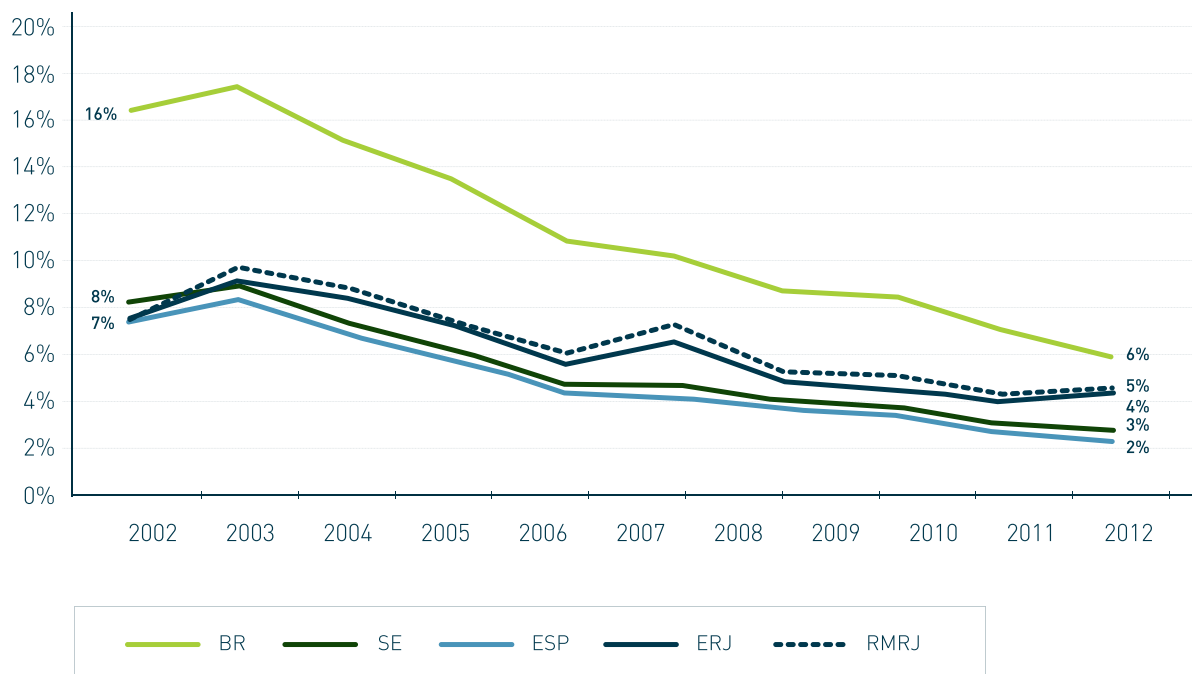
7. Para o cálculo do percentual de pobres e extremamente pobres, foi construída uma linha de extrema pobreza regionalizada que varia de R\$ 80, nas áreas rurais do Espírito Santo e de Minas Gerais, a R\$ 149, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Seu valor representa os custos de uma cesta básica alimentar que contemple as necessidades de consumo calórico de um indivíduo em reais de 2012. A linha de pobreza foi definida como o dobro dessa quantia. Desse modo, uma pessoa é considerada pobre na RMPA se vive num domicílio cuja renda mensal *per capita* é inferior a R\$ 298.

GRÁFICO 2 | PORCENTAGEM DE POBRES FONTE: IETS com base nos dados da PNAD / IBGE.

De fato, a porcentagem de pobres na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, bem como seu comportamento ao longo do tempo, é semelhante à verificada no estado. Mais uma vez, a metrópole fluminense tem desempenho aquém de suas vizinhas do Sul e do Sudeste, porém melhor do que as do Norte e do Nordeste.

No Gráfico 3, é possível notar que a extrema pobreza segue o mesmo padrão da pobreza no que diz respeito à comparação do ERJ com o ESP, o SE, o país e a RMRJ. Entretanto, ela caiu em 2011 e subiu em 2012. Nesse ano, o percentual de pessoas extremamente pobres correspondeu a 6% no Brasil, 5% na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 4% no ERJ, 3% na Região Sudeste e 2% no Estado de São Paulo.

GRÁFICO 3 | PORCENTAGEM DE EXTREMAMENTE POBRES FONTE: IETS com base nos dados da PNAD / IBGE.



A porcentagem de fluminenses em situação de pobreza e de extrema pobreza é alta para o patamar de renda do ERJ. No Paraná e no Rio Grande do Sul, estados cuja renda mensal domiciliar *per capita* é similar à do Rio de Janeiro, o percentual de pobres ficou em torno de 10% em 2012 e o de extremamente pobres, de 2,5%. Isso sugere que, no ERJ, a renda está mais concentrada nas mãos dos mais ricos. Desse modo, a média não é capaz de capturar as desigualdades existentes na distribuição de renda no estado, o que será abordado a seguir.

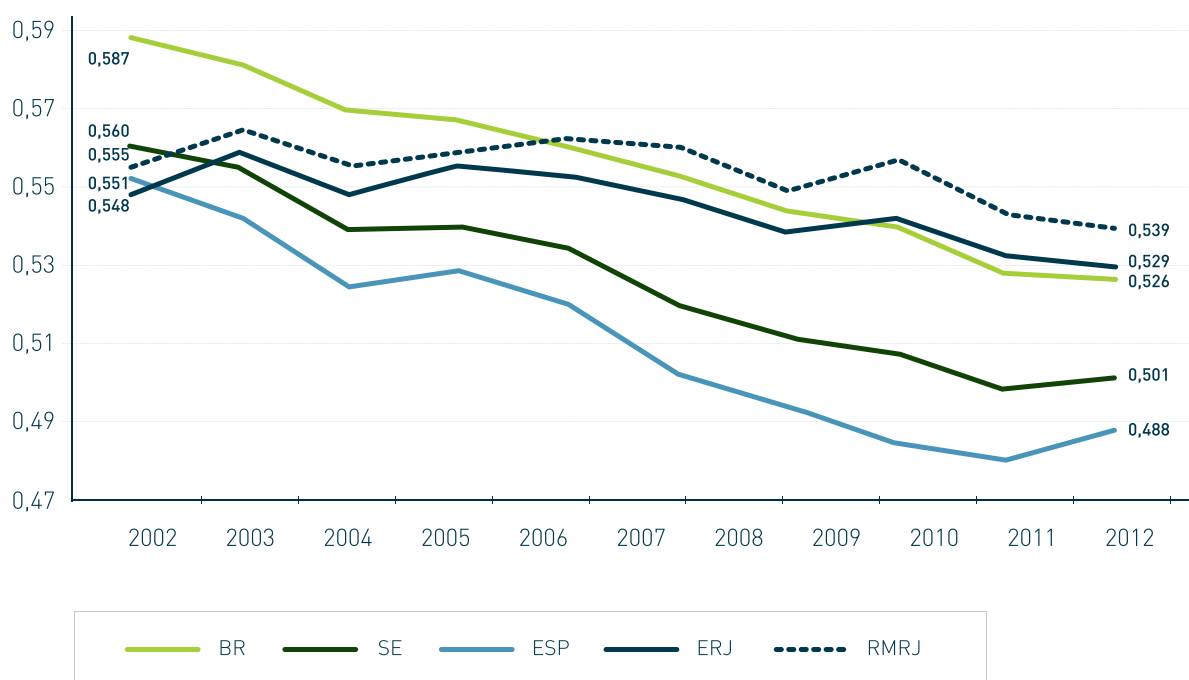
DESIGUALDADE

Os dados apresentados no Gráfico 4 confirmam que a coexistência de altos níveis de renda e de pobreza no Estado do Rio de Janeiro decorre da elevada desigualdade, aqui mensurada pelo Coeficiente de Gini. Em 2012, esse índice correspondeu a 0,529 no ERJ, conferindo ao estado o posto de sétimo mais desigual do país⁸. Dado que a

8. Os seis primeiros são: Distrito Federal (Gini de 0,582), Bahia (0,548), Piauí (0,544), Sergipe (0,54), Amapá (0,539) e Roraima (0,53).

renda *per capita* na RMRJ é mais alta do que no ERJ, ao mesmo tempo em que seus índices de pobreza são equivalentes, não chega a surpreender que o Gini metropolitano esteja 0,01 acima do estadual.

GRÁFICO 4 | COEFICIENTE DE GINI FONTE: IETS com base nos dados da PNAD / IBGE.



No Brasil, na Região Sudeste e no Estado de São Paulo, o Coeficiente de Gini foi inferior ao registrado no ERJ, equivalendo, respectivamente, a 0,526, 0,501 e 0,488. Nesses três recortes, o período de 2002 a 2011 foi marcado pela acentuada queda da desigualdade: houve redução de 0,06 a 0,07 na magnitude do Gini. Contudo, no último ano analisado, o índice se manteve praticamente estável no país e subiu no SE e no ESP, acendendo uma luz amarela.

A desigualdade de renda também diminuiu ao longo da década no Rio de Janeiro, porém em menor escala (o Gini caiu 0,016 na RMRJ e 0,018 no estado) e de forma não tão consistente. Por conta disso, o estado tem se mostrado mais desigual do que o Brasil desde 2009. Todavia, a partir desse mesmo ano, o ERJ e, particularmente, sua Região Metropolitana passaram a acompanhar o ritmo de queda do país e do Sudeste. De 2011 a 2012, o Coeficiente de Gini caiu mais no Estado do Rio de Janeiro (0,44%)

e na RMRJ (0,68%) do que no Brasil (0,27%) – no SE e no ESP ele cresceu. Porém, isso não foi suficiente para mudar a posição do estado de maior desigualdade.

A alta desigualdade de renda brasileira e fluminense também pode ser constatada através de outros indicadores. Por exemplo, os 10% mais ricos ganham 15 vezes mais do que os 40% mais pobres no país e no ERJ. Na RMRJ, esse diferencial é ainda maior, de 16 vezes. No SE e no ESP é um pouco menor, de 13 e 12 vezes, respectivamente.

DETERMINANTES DA DESIGUALDADE E DA POBREZA NO ERJ

A maior parte da renda dos domicílios é proveniente do trabalho. Os objetivos desta seção são, portanto, analisar: i) o efeito dos diferenciais nos rendimentos do trabalho sobre a pobreza e a desigualdade no ERJ; ii) quais seriam elas se os diferenciais salariais do estado se igualassem aos do ESP, do SE ou do país.

Sabe-se que a redução da desigualdade de renda e da pobreza no Rio de Janeiro está relacionada à diminuição dos diferenciais na remuneração do trabalho, que foi responsável por uma queda de 5% no Coeficiente de Gini e de cerca de 25% na porcentagem de pobres e de extremamente pobres no estado entre 2002 e 2012.

A Tabela 4 contém os resultados da seguinte simulação contrafactual: qual seria o nível de desigualdade e de pobreza no ERJ, caso os diferenciais salariais fossem iguais aos verificados no Brasil, na Região Sudeste ou no ESP? As diferenças nos rendimentos do trabalho auferidos no Estado do Rio de Janeiro são mais concentradoras do que as existentes na Região Sudeste e, especialmente, no Estado de São Paulo. Desse modo, se a desigualdade salarial observada no ERJ fosse semelhante à verificada no ESP, haveria uma queda de 20% na pobreza e de 9% na extrema pobreza. O mesmo não pode ser dito na comparação com o Brasil. Caso o mercado de trabalho fluminense apresentasse os mesmos diferenciais do brasileiro, a desigualdade e a pobreza no estado seriam ainda maiores.

TABELA 4 | SIMULAÇÕES DOS EFEITOS DE MUDANÇAS NOS DIFERENCIAIS SALARIAIS SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA MENSAL DOMICILIAR *PER CAPITA* NO ERJ (2012)

FONTE: IETS com base nos dados da PNAD / IBGE.

CASO OS DIFERENCIAIS FOSSEM IGUAIS AOS DO:	DESIGUALDADE ¹	POBREZA ²	EXTREMA POBREZA ³
ERJ	0,529	15,1%	4,3%
SP	0,516	12,1%	3,9%
SE	0,521	13,5%	4,2%
BR	0,531	15,8%	4,8%

Nota 1: Medida pelo Coeficiente de Gini da renda domiciliar *per capita*.

Nota 2: Porcentagem de pobres.

Nota 3: Porcentagem de extremamente pobres.

A Tabela 5 apresenta quanto os diferenciais salariais por características pessoais e ocupacionais influenciam o Coeficiente de Gini, a porcentagem de pobres e a de extremamente pobres no ERJ. Os percentuais foram obtidos a partir da diferença entre o indicador observado e as simulações dos indicadores, caso fossem eliminadas as diferenças de salário existentes em função de atributos dos trabalhadores (sexo, por exemplo) e do posto de trabalho (posição na ocupação⁹ e setor de atividade)¹⁰.

⁹. A posição na ocupação é a forma de inserção do indivíduo no mercado de trabalho, como empregado com ou sem carteira, trabalhador por conta própria, empregador, etc.

¹⁰. É importante ressaltar que os resultados das simulações feitas para o Brasil, a Região Sudeste e o Estado de São Paulo se assemelham aos apresentados na Tabela 5 para o ERJ.

TABELA 5 | CONTRIBUIÇÃO DOS DIFERENCIAIS SALARIAIS POR CARACTERÍSTICAS PESSOAIS E OCUPACIONAIS PARA A DESIGUALDADE, A POBREZA E A EXTREMA POBREZA NO ERJ (2012) FONTE: IETS com base nos dados da PNAD / IBGE.

	DESIGUALDADE ¹	POBREZA ²	EXTREMA POBREZA ³
Educação	16%	39%	24%
Sexo	-1%	-4%	-5%
Cor	1%	5%	3%
Idade	2%	6%	-1%
Área (urbana ou rural)	0%	0%	-1%
Posição na ocupação	3%	9%	11%
Setor de atividades	1%	4%	3%

Nota 1: Medida pelo Coeficiente de Gini da renda domiciliar *per capita*.

Nota 2: Porcentagem de pobres.

Nota 3: Porcentagem de extremamente pobres.

O destaque fica para o efeito da desigualdade salarial por nível educacional sobre a pobreza e a extrema pobreza no ERJ, que poderia ser 39% e 24% menor, respectivamente, caso todos tivessem a mesma escolaridade ou não existissem os diferenciais gerados pelo mercado de trabalho em função do grau de instrução. Já o Coeficiente de Gini teria queda de 16%. Como os mais pobres são, em geral, menos escolarizados do que os mais ricos, faz sentido que haja redução da desigualdade e da pobreza quando se eliminam os diferenciais salariais por educação. Vale ressaltar que a contribuição desse fator caiu ao longo da década.

A pequena influência dos diferenciais por sexo, cor, idade e área de residência se deve ao fato de que estão sendo considerados os efeitos de cada fator isoladamente. Por exemplo, ao olhar para a desigualdade salarial por cor, comparam-se pessoas que diferem apenas nesse aspecto – ou seja, possuem o mesmo nível educacional, o mesmo sexo, a mesma idade, o mesmo perfil ocupacional e vivem na mesma área. Por conta disso, os diferenciais de remuneração normalmente verificados no mercado de trabalho para essas características aparecem com menor intensidade. Dessa forma, o peso desses atributos na determinação da pobreza e da desigualdade é reduzido.

Ainda assim, a influência dos diferenciais salariais por cor, dadas as demais características dos trabalhadores, é positiva, o que pode estar ligado à maior proporção de negros (que auferem menores rendimentos no mercado de trabalho) entre os mais pobres do que entre os mais ricos.

Observa-se que os diferenciais salariais por sexo contribuem para diminuir os três indicadores considerados. Ou seja, há aumento no Gini e no percentual de pobres e extremamente pobres quando se eliminam as diferenças nos rendimentos do trabalho entre homens e mulheres. É possível que isso esteja relacionado à maior proporção de ocupados do sexo masculino entre os mais pobres relativamente aos mais ricos.

Merece ênfase também o peso dos diferenciais por posição na ocupação, que contribuem com 3% da desigualdade de renda, 9% da pobreza e 11% da extrema pobreza. Duas pessoas muito parecidas, no mesmo setor de atividade, podem ter remunerações diferentes simplesmente pelo posto que ocupam. A informalidade é uma candidata a explicar esse diferencial, visto que trabalhadores sem carteira de trabalho e por conta própria tendem a obter ganhos mais baixos do que os demais. Além disso, os mais pobres costumam estar sobrerrepresentados nessas posições. Os diferenciais por setores não se mostraram particularmente relevantes, ainda que reforcem a desigualdade de renda e a pobreza no estado.

EM RESUMO

O Estado do Rio de Janeiro tem a quarta maior renda mensal domiciliar *per capita* do país, de R\$ 1.026. Após cair em 2011, a renda aumentou 5% no ERJ em 2012. Contudo, pela primeira vez na década, a renda na Região Sudeste superou a fluminense. Ao analisar os determinantes dos diferenciais de renda do estado com relação ao Brasil, ao Sudeste e ao Estado de São Paulo, nota-se que a taxa de ocupação no ERJ, de 56%, é inferior à registrada nesses três recortes. A baixa taxa de ocupação fluminense tem freado o crescimento da renda no estado.

Em 2012, o Estado do Rio de Janeiro retomou a trajetória de redução da pobreza. Todavia, o ritmo de queda da pobreza no ERJ ao longo da década foi mais lento, e o índice de pobreza é alto para os padrões de renda do estado. A porcentagem de pobres no ERJ em 2012 (15%) é superior à de todos os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

A coexistência de altos níveis de renda e pobreza no Estado do Rio de Janeiro é reflexo da elevada desigualdade. O Coeficiente de Gini no estado, que corresponde a 0,529, é o sétimo maior do país. Embora a redução da desigualdade no Rio de Janeiro tenha sido menos acentuada no total do período, a boa notícia é que, em 2012, o Gini no ERJ e na RMRJ caiu mais do que no Brasil, onde se manteve praticamente constante. No SE e no ESP, a desigualdade aumentou no último ano, gerando apreensão.

A diminuição dos diferenciais na remuneração do trabalho foi responsável por uma queda de 5% no Coeficiente de Gini e de cerca de 25% na porcentagem de pobres e de extremamente pobres no ERJ entre 2002 e 2012. Ainda assim, as diferenças salariais geradas pelo mercado são mais concentradoras no Rio de Janeiro do que no SE e, principalmente, no Estado de São Paulo – se a desigualdade nas remunerações no ERJ fosse semelhante à existente no ESP, haveria uma queda de 20% na pobreza e de 9% na extrema pobreza.

Entre as características pessoais e ocupacionais analisadas, os diferenciais de salário por escolaridade são a principal fonte de desigualdade no ERJ. Se toda a população do estado tivesse o mesmo grau de instrução ou se não existissem diferenças na remuneração de acordo com o nível educacional, o Coeficiente de Gini cairia 16%, o percentual de pobres, 39%, e o de extremamente pobres, 24%. Outro fator de destaque são os diferenciais por posição na ocupação, que contribuem com 3% da desigualdade de renda, 9% da pobreza e 11% da extrema pobreza, e podem estar relacionados à alta informalidade no estado.

E MAIS...

- Em 2012, a taxa de desemprego das pessoas com ensino médio incompleto no ERJ, grupo educacional com maior nível de desemprego, foi de 11,4%, com queda de 4,6 pontos percentuais em relação a 2011.